

UM DETALHE, UMA HISTÓRIA: A ETIQUETA DE DOIS LIVREIROS NA PROVÍNCIA DA BAHIA, POGETTI E DOIS MUNDOS

Resumo: A partir de estudo feito na Biblioteca do Monsenhor Manoel Aquino Barbosa, o artigo apresenta uma discussão teórica acerca das marcas de proveniência e contexto das marcas de posse e circulação. Esta visa a expor algumas propostas epistemológicas sobre esses conceitos por vezes tratados de forma difusa. Nesse contexto, expõe as potencialidades de pesquisa que vão além do conteúdo das obras - o que coloca em julgamento a perigosa ideia de obsolescência meramente baseada no texto dos livros. Para tal, pelo método da observação e coleta de amostragem, usa como exemplo as etiquetas de duas livrarias/editoras que existiram e tiveram grande circulação na cidade de Salvador. O resultado aponta para algo que teóricos da área de Bibliografia Material mencionaram há décadas, o livro como objeto é muito mais que texto, o caráter informacional dele é muito superior ao que se supõem. Por essa razão, nas considerações finais não poder-se-ia deixar de questionar o que tem sido perdido em bibliotecas que ainda jazem silentes, ou pior, foram destruídas pelo apagamento criminoso do descarte maciço, sem critério plausível.

Palavras-chave: Etiquetas de livreiros; Marcas de Circulação; Marcas de Proveniência.

Vanilda Salignac de Souza Mazonni
Doutora em Letras e Linguística
Memória & Arte
orcid 0000-0003-4792-633X
vanilda@memoriaarte.com.br

Fabiano Cataldo de Azevedo
Doutor em História
UFBA
orcid 0000-0003-2772-6621
fabiano.cataldo@ufba.br

Alicia Duhá Lose
Doutora em Letras e Linguística
UFBA
orcid 0000-0002-9114-3298
alicialose@gmail.com

A detail, a story: The labels of two booksellers in the Province of Bahia: Pogetti and Dois Mundos

Abstract: Based on a study made in the Library of Monsenhor Manoel Aquino Barbosa, the article presents a theoretical discussion about marks of provenance and context of ownership and circulating marks. This aims to expose some epistemological proposals about these concepts sometimes treated in a diffuse way. In this context it exposes the research potentialities that go beyond the content of the works - which puts on trial the dangerous idea of obsolescence merely based on the text of the books. To this end, by the method of observation and sampling, it uses as an example the labels of two bookstores/publishers that existed and had great circulation in the city of Salvador. The result points to something that theorists around Material Bibliography have mentioned for decades, the book as an object is much more than text, its informational character is much higher than what is supposed. For this reason, in the final considerations one could not fail to question what has been lost in libraries that still lie silent or worse have been destroyed by the criminal erasure of massive discarding.

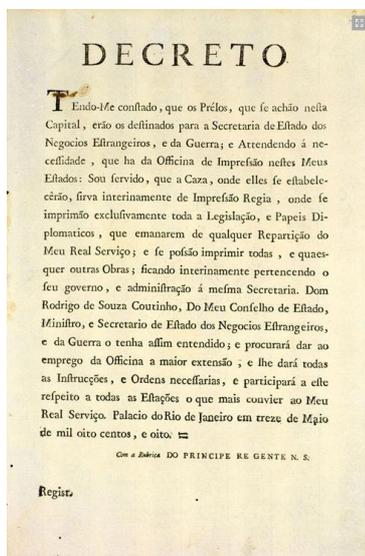
Keywords: Booksellers labels; Circulating marks; Provenance.

1 INTRODUÇÃO

A Europa conta a história da criação da tipografia a partir do século XV, por volta de 1430, através de Gutenberg, ourives na cidade de Mainz, Mogúncia, que preconizou uma oportunidade de trabalho com a impressão de textos produzidos mecanicamente, em substituição aos manuscritos. Seu principal papel foi criar os tipos móveis em metal, a prensa mecânica, e com isso agilizou o trabalho do impressor. Os chineses já praticavam a impressão no século XI, mas era em blocos de madeira (MCKITTERICK, 2003).

No Brasil, no entanto, a tipografia, oficialmente, só chegou em 1808, século XIX, quase 400 anos depois da invenção europeia, com a assinatura do decreto de 13 de maio, que criou a Imprensa Régia (Fig. 1), mais tarde conhecida como Typographia Nacional. Antes dessa criação, todas as impressões demandadas a partir do Brasil, tinham que, obrigatoriamente, passar pelas licenças e autorizações régias e eclesiásticas portuguesas, além de serem produzidas na Europa.

Figura 1. Decreto de criação da Imprensa Régia



Fonte: BN Digital

DECRETO

Tendo-me constado, que os Prelos, que se achão nesta | Capital, são os destinados para a Secretaria de Estado dos | Negocios Estrangeiros, e da Guerra; e Attendendo á ne- | cessidade, que há da Officina de impressão nestes Meus | Estados: Sou servido, que a Caza, onde elles se estabele- | cêrão, sirva interinamente de Impressão Régia, onde se | imprimão exclusivamente toda a Legislação, e Papeis Di- | plomaticos, que

emanarem de qualquer Repartição do | Meu Real Serviço; e se possão imprimir todas, e quaes- | quer outras Obras; ficando inteiramente pertencendo o | seu governo, e administração á mesma Secretaria. Dom | Rodrigo de Souza Coutinho, do Meu Conselho de Estado, | Ministro, e Secretario dos Negocios Estrangeiros, | e da Guerra o tenha assim entendido, e procurara dar ao | emprego da Officina a maior extensão, e lhe dará todas | as Instruções e Ordens necessarias, e participará a este respeito a todas as Estações o que mais convier ao Meu | Real Serviço. Palacio do Rio de Janeiro em treze de Maio | de mil oitocentos e oito.

Com a Rubrica do PRINCIPE REGENTE N.S.

Regist.

Na Impressão Regia

Todavia, Martins (2002) comentou que o que sabemos acerca da introdução da imprensa no Brasil é muito confuso: a primeira pode ter sido uma instalada pelos holandeses entre 1634 e 1640, em Pernambuco, de propriedade de Brée; ou pode ter sido uma que existia no Colégio dos Jesuítas, no Rio de Janeiro, por volta de 1724, pois foram descobertos impressos da própria instituição entre os livros da biblioteca; também pode ter sido uma que existiu na Academia dos Seletos, do Rio de Janeiro, no século XVIII (1752?), mas que sobreviveu pouquíssimo tempo porque foi descoberta, proibida e caçada. Entretanto, todas essas referências podem ser meras especulações.

O mais provável é que o primeiro impressor no Brasil, antes mesmo da chegada da Família Real portuguesa, tenha sido o luso Antônio Isidoro da Fonseca, que em 1747 instalou no Rio de Janeiro uma pequena tipografia. Todavia, sua iniciativa teve fim em 6 de julho daquele mesmo ano, quando veio uma ordem de Portugal, através de uma Carta Régia, “[...] proibindo que no Brasil se imprimissem livros, obras ou papeis alguns avulsos, sob pena de serem os infractores enviados presos para o Reino [...]” (BELLO, 1908, p. 14).

Com a descoberta das incursões de Isidoro, foi mandado fechar a tipografia, retido o maquinário, que deveria ser enviado para Portugal, e que o infrator fosse preso, levado para o Reino sob a ordem do Conselho Ultramarino, o qual alegava que, para imprimir, o tipógrafo deveria ter as licenças necessárias. Se em Portugal não havia grande comércio tipográfico, imagine-se no Brasil. Certamente, geraria prejuízo autorizar uma tipografia na Colônia, além de ser muito difícil o controle da censura em um país de tamanha vastidão. Em 1750, houve nova tentativa de criação da oficina tipográfica, entretanto, o pedido de Antônio Isidoro foi negado – ele desistiu (BORBA DE MORAES, 1979). Não mais se teve notícia do tipógrafo.

Na obra *Documentos históricos do Brasil*, Mary del Piore (2016, p. 35) levanta a questão: “Mas por que foi preciso a vinda da família real para se imprimir livros no Brasil?”

Adiante, a própria historiadora responde: “o controle sobre a circulação de ideias, as proposições sobre a fé e os bons costumes era constante”. Isto significa dizer que, embora não houvesse tipografias no Brasil, os livros circulavam livremente, por mais que o reino português controlasse a leitura em suas colônias.

A presença da Família Real portuguesa no Brasil aguçou a percepção de que a criação de uma tipografia autorizada só tinha vantagens: além de poder censurar de perto todos os escritos, também permitia imprimir papéis públicos e legislações com exclusividade, impedindo possíveis levantes políticos.

Para Martins (2002), é possível que o maquinário para instalação de uma tipografia no Brasil já tivesse sido adquirido por D. João VI, mas tivesse ficado em Lisboa devido ao peso dos caixotes. O maquinário tipográfico, então, só teria chegado na mesma nau (Medusa) que trouxe a Real Biblioteca. Contudo, há controvérsia, pois para isso ocorrer eles teriam que ter desfeito a Imprensa Régia, que também ficou em Lisboa. Bragança (2010, p. 39) comenta que, na verdade, essa tipografia era do Conde da Barca:

[...] uma das primeiras providências foi criar a Impressão Régia do Rio de Janeiro, utilizando a tipografia que o anterior ocupante da pasta, seu desafeto, António de Araújo de Azevedo, futuro conde da Barca, havia trazido na nau Meduza, junto com sua imensa biblioteca e sua coleção de história natural.

Borba de Moraes (1979) afirmou que a tipografia completa (adquirida na Inglaterra pelo Conde da Barca) não chegou a ser usada em Lisboa, e veio no porão de uma nau, portanto, não seria, de fato, a Imprensa Régia lusa. A necessidade dessa tipografia vir imediatamente para o Brasil era de que com a chegada da Família Real portuguesa havia a urgência de publicar os atos do governo, inclusive o ato administrativo oficial para que a própria tipografia pudesse existir e pudessem ser atribuídas as funções.

A primeira tipografia brasileira, inicialmente, foi chamada de Impressão Régia, tinha caráter público, tendo como seu principal objetivo ser uma Imprensa Oficial e publicar atos oficiais. No entanto, por ser a única no Brasil, cabia-lhe imprimir também qualquer obra que fosse devidamente autorizada. O primeiro texto nela impresso foi a notícia de que no Brasil o Príncipe Regente inaugurou uma tipografia, tendo a nota circulado por toda a Europa porque a compra das máquinas havia sido feita na Inglaterra e custado aos cofres públicos £100,00. Embora a criação da tipografia tenha sido dada como *tardia*, e esse impresso seja considerado inócuo e medíocre, a *Relação dos despachos publicados na corte pelo expediente da Secretaria*

de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, no faustíssimo dia dos anos de sua Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor e de todos os mais, que se tem expedido pela mesma Secretaria desde a feliz chegada de Sua Alteza Real aos Estados do Brasil até o dito dia, em 13 de maio de 1808 (data da inauguração da imprensa no Brasil) é praticamente o nosso incunábulo.

Em 24 de junho de 1808, à Junta Diretória (José Bernardes de Castro, José as Silva Lisboa – Visconde de Cairu – Mariano José Pereira da Fonseca – Marquês de Maricá – Silvestre Pinheiro Ferreira, Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e o Cônego Francisco Vieira Goulart) coube a censura prévia com a incumbência de examinar e fiscalizar tudo que fosse impresso e publicado para que não tivesse relação contrária à religião, ao governo e aos bons costumes. Em 27 de setembro do mesmo ano, saíram os nomes dos censores: Frei Antônio de Arrabida, Padre João Manzoni, Luiz José de Carvalho e Mello e José da Silva Lisboa.

Em 1811, D. João VI autorizou a implementação de outra tipografia em solo brasileiro, na cidade de Salvador. Essa segunda tipografia, além de concorrer com a imprensa oficial, oferecia preços mais baixos. Finalmente, em 1821, a Imprensa Régia perdeu a exclusividade e o Rio de Janeiro passou a receber as oficinas tipográficas particulares.

2 A TIPOGRAFIA E AS MARCAS DE PROVENIÊNCIA

Como mais um dos desdobramentos de um projeto iniciado em Salvador no ano de 2011¹, esse artigo trata de um tipo específico de marca de proveniência: as etiquetas de livrarias. Para gerar uma contextualização sobre onde esse elemento se insere, buscou-se problematizar conceitos que orbitam o assunto focal e apresentar outros exemplos. Como acertadamente disse Machado (2003, p. 13), “em sua humildade, as etiquetas mantêm viva a lembrança de livrarias desaparecidas, retratam aspectos curiosos do processo de comercialização do livro”. Essa marca ainda desvenda “práticas comerciais, hábitos sociais, técnicas promocionais muitas vezes rudimentares, e até a receptividade ou resistência a conquistas tecnológicas”.

¹ Trata-se do Projeto *Um louvor a Nossa Senhora: Inventário do acervo da Biblioteca da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia*, financiado pelo Governo do Estado da Bahia, através da Secretaria de Cultura, Fundo de Cultura da Bahia. Sobre esse trabalho, ver: MAZZONI, Vanilda Salignac; LOSE, Alícia Duhá; SILVA, Jorge Augusto Alves da (Org.). *Um acervo raro: O inventário da Biblioteca Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa*. Salvador: Edições São Bento; EGBA, 2013.

Restringindo o campo deste texto, considera-se que a pesquisa foi feita em uma coleção bibliográfica que pertenceu a um indivíduo (Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa) que passou por um processo de doação para uma instituição (Irmandade do SS. Sacramento e Nossa Senhora da Conceição da Praia).

Como falar sobre preservação em acervos retrospectivos, em uma sociedade cada vez mais imersa na embriaguez da vida agitada e tumultuosa que condena e nos deixa aturdidos? No turbilhão da vida moderna, ficam-se perdidos frente ao futurismo e a celebração da tecnologia moderna, levando um estado também de acrítico namoro com as máquinas (BERMAN, 1986).

Inseridos nessa “modernidade líquida” (BAUMAN, 2001), do descartável, do substituível, do que pode ser repostado, já há muitas bibliotecas com coleções históricas que precisam justificar suas existências quase diariamente.

Assmann (2011, p. 317) afirma:

[...] grande é a força da memória que reside no interior dos locais’, esses podem ‘tornar-se sujeitos portadores da recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos.

Mutatis mutandis, é possível transpor essa mesma reflexão para os livros como objetos carregados de marcas que relatam sua trajetória. À vista disso, devido à sua presença transgeracional, determinados exemplares também se tornam sujeitos que carregam em si os últimos lastros de uma memória coletiva.

Esse tipo de pesquisa amplia a percepção da biblioteca como um lugar que resulta da justaposição e interação entre indivíduos, memórias e histórias (LE GOFF, 1984). Isto ocorre, sobretudo, porque, em um livro, a informação vai muito além do texto impresso, as marcas de proveniência e propriedade corporificam práticas sociais que enquadram o mundo de alguém, criadas no passado e remanescentes da cumplicidade das pessoas no presente (HAWLEY, 2016).

De uma forma geral, a pesquisa histórica, seja em biblioteca ou em arquivo, promove a preservação em uma proporção de larga escala. Fala-se muito que uma biblioteca particular pessoal não é um mero somatório de livros (BESSONE, 1999), mas o mesmo acontece nas bibliotecas de instituições. Há que considerar que em ambas, por haver intenções, projetos de leitura (ZAID, 1999), assim como acontece com os arquivos, forjam suas coleções selecionando o que desejam guardar, o que deve ser lembrado. Opera-se aí, também, um processo de escrita

de si (GOMES, 2004), que registra histórias individuais e de instituições. Eis a complexidade, a força e o poder latente de uma biblioteca.

Existe uma sinergia entre os livros, bibliotecas como espaços físicos e individuais (ASSMANN, 2011). São rastros de gerações de uma família ou de um grupo de profissionais, sócios etc. Em ambas, porém, com o passar do tempo, estabelecem-se laços identitários, ou seja, pela relação de simbiose, pelas escolhas, ocorre o que se chama de “forma reconhecível” (DOUGLAS, 1986; AZEVEDO, 2011). Assim, a instituição ou um indivíduo e sua família passam a ter na biblioteca um elemento que os identifica, que evoca suas memórias.

“Se a memória é ‘geradora’ de identidade, no sentido que participa de sua construção [...] (CANDAU, 2018, p. 19)”, não raramente, pelas marcas de proveniência e propriedade, residem nessas coleções os últimos ou únicos elementos que evocam – seja pela oralidade, seja documentada – memórias coletivas (2006) que simplesmente podem desaparecer.

Os resultados dessas trajetórias estão por aí, em inúmeras coleções, e muitas esperando ser estudadas. Algumas, porém, não terão tal ventura, ou seja, serão dispersas por vendas, descartes ou por serem deixadas para morrer pela falta de preservação, pesquisa, acesso etc.

Os livros usados nos contam histórias! Mas não são histórias produzidas por determinado autor, são histórias que, ao longo do tempo, ele, o exemplar, foi adquirindo, histórias que revelam sua proveniência. Histórias que os individualizam.

As marcas de proveniência podem ser consideradas como fonte documental para tanto compreender a história de um indivíduo quanto de uma instituição. São capazes de revelar a vida social dos exemplares (STALLYBRASS, 2016), pois carregam em si marcas de estruturas sociais, conflitos, afetos etc.

Se a fundamentação teórica se alicerçou nos estudos sobre marcas de proveniência, a metodologia buscou na Bibliografia Material (GASKELL, 1999; GOMÉZ, 2010; GARCIA AGUILAR, 2011) seu principal instrumento de trabalho justamente para endossar a percepção de que, como fonte, documento e informação, o livro vai além do texto. O resultado do colacionamento (STOKES, 1981; FARIA; PERICÃO, 2008), a análise material² feita de capa a capa, poderá ser apreciado pela identificação e descrição das etiquetas.

² Cabe um brevíssimo comentário sobre essa palavra. Não é incomum o uso de análise e descrição bibliológica como sinônimo de análise e descrição material ou bibliográfica. Esse uso equivocado possivelmente acontece porque Bibliografia Material, assim como Bibliologia, é conceituada como “ciência dos livros”. Pericão e Faria são ainda mais precisas, pois, ao definir “Bibliografia”, indicam que se trata de “área do conhecimento, parte da bibliologia que estuda as técnicas de identificação e descrição de documentos e a ordenação dessas descrições [...]. Ramo da bibliologia que se ocupa dos repertórios dos livros” (2008, p. 95). Ainda com as mesmas autoras,

Esse uso da Bibliografia Material deve também estar atrelado à História do Livro, pois será necessário compreender o contexto e forma de produção do livro impresso.

Ao longo desses 10 anos, essa pesquisa não revelou apenas os gostos e hábitos de leitura do Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa, mas traços de suas práticas de aquisição de livros. Trata-se de mais um exemplo que ajuda a endossar o argumento que, em um acervo bibliográfico, a relação patrimonial pode estar no livro, além do texto que contém. As proveniências reificadas desta forma podem até existir independentemente de um objeto (FEIGENBAUM, 2012).

A compreensão do livro como objeto (AZEVEDO; LOUREIRO, 2019), advinda metodologicamente da Bibliografia Material, sugere que, por exemplo, no descarte de uma biblioteca ou de coleções, a análise do item seja considerada como parte do procedimento.

Essa pesquisa deflagra e exemplifica o que pode ser perdido na dispersão de uma biblioteca, o que se perde quando não se considera o item, o livro, como objeto. Por essa razão, independentemente do tipo de biblioteca para realizar tal análise, é necessário considerar o acervo pelo menos em três níveis (Fig. 2), desse modo, parte-se do todo, ou seja, da coleção até identificar o item:

bibliologia é definida como “ciência do livro; ciência da comunicação escrita; arte de discorrer sobre os livros e de falar deles com pertinência, tanto no que respeita à sua temática, como à sua história [...]”. (PERICÃO; FARIA, 2008, p. 99). Nota-se aí que não há nenhuma indicação a uma ação. Isso, sem considerar, principalmente, o fator linguístico. Ver também: HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro: INL, 1967, 2v; GRACIA, Manuel José Pedraza. Bibliología (ciencia del libro) y ciencias de la documentación. *Scire*, 11, 1, en.-jun. 2005, p. 24-46. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/scire/article/view/1506>. Acesso em: 02 maio 2021.

Figura 2. Análise do acervo em 3 níveis.



Fonte: AZEVEDO, 2016

Essa percepção é importante e pode ser vital para a salvaguarda de últimos vestígios identitários, seja de uma instituição, seja de uma sociedade específica. A análise do item pode revelar que a relação de aderência patrimonial³ não está mais no autor ou no assunto do livro, mas nas marcas de proveniência.

No contexto atual, com tantas bibliotecas sem investimentos devido à falsa ideia de que tudo está digitalizado, Pearson (2020; 2021) sugeriu uma reflexão que conduz a um questionamento. Ora, se o valor dos livros reside apenas nos textos, com o crescimento da digitalização e com as facilidades de acesso *online*, eles poderão ser varridos. Porém, o valor central dos livros e seu lugar no patrimônio cultural residem também nas histórias dos exemplares.

A respeito das informações que um livro pode apresentar, independentemente do texto impresso, Stoddard (1985), dentro contexto da materialidade, diz que o livro impresso possui marcas editoriais/tipográficas e marcas de uso/circulação. A compreensão da primeira categoria é mais simples, pois representa, por exemplo, o número de cadernos, o tipo (ou a letra) usado, o volume de ilustrações, assinatura ou rubricado do editor⁴, características que são comuns a todos os exemplares de uma determinada edição.

A segunda categoria já traz alguma complexidade. A partir do que indica Stoddard (1985), pode-se desdobrar essa análise e propor (Fig. 3), aliando a base teórica com a pesquisa

³ Essa ideia é construída a partir de “[...] mais o fato de que um patrimônio não depende apenas da vontade e decisão políticas de uma agência de Estado. Nem depende exclusivamente de uma atividade consciente e deliberada de indivíduos ou grupos. Os objetos que compõem um patrimônio precisam encontrar ‘ressonância’ junto a seu público”. GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, Materialidade e Subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, 2005. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002#tx03. Acesso em: 14 maio 2021.

⁴ Neste caso, um grupo de exemplares da mesma edição estará numerado e/ou rubricado pelo editor e/ou autor. Não se deve confundir com dedicatória.

e observação, que marcas de uso/circulação podem ser agrupadas junto a marcas de propriedade/posse, ambas sob a categoria de marcas de proveniência⁵/procedência, como demonstrado a seguir.

⁵ “The term *provenance* has French roots and dates back to the Enlightenment era. A growing concern with the biographies of works of art can be observed in France throughout the eighteenth century. No wonder, since this interest fits in with the principles of the Enlightenment era, which were to describe, order, and classify all things, and to get to the bottom of their origins. Driven by a rapidly-growing secondary art market, new literary genres emerged to service the expanding circle of art connoisseurs: the auction catalog, the catalogue raisonné, and the gallery catalog. Art dealers – above all Pierre-Jean Mariette, Edmé-François Gersaint, Pierre Remy, and Jean Baptiste Pierre Lebrun – were in the avant-garde of the new awareness of the importance of provenance”. HUEMER, Christian. The provenance of provenance. In: MILOSCH, Jane; PEARCE, Nick (Ed.). *Collecting and provenance: a multidisciplinary approach*. London: Rowman & Littlefield, 2019. p. 4 [Ebook].

Figura 3. Esquema baseado em Stoddard (1985)



Fonte: os autores.

Se as marcas editoriais/tipográficas representam as características de manufatura de uma edição, as marcas de proveniência/procedência, como elementos incorporados ao livro após a publicação, constituem evidências de uso e/ou função de um exemplar. A separação entre marcas de uso/circulação e marcas de propriedade/posse justifica-se porque há marcas que deliberadamente são inseridas com intenção de informar “pertence a” (CAMPOS, 2015). Desse modo, tal marca identifica o possuidor (FARIA; PERICÃO, 2008).

As marcas de proveniência⁶, que podem ser encontradas em livros manuscritos ou impressos, constituem qualquer informação que atesta o itinerário de um livro (CURWEN; JONSSON, 2006), registram posses anteriores de indivíduos ou instituições (PEARSON, 2019), ou seja, evidenciam a transmissão de propriedade ou a circulação (FARIA; PERICÃO, 2008). Também são formadas por indícios que representam práticas de leitura ou uso do próprio documento (SALAZAR, 2019).

Grimsted (2019), no capítulo “Twice plundered, and still far from home: tracing nazi-looted books in Minsk and Moscow”, traz mais um importante exemplo de como as marcas de proveniência servem de pistas para a reconstrução de acervos. Elas não são apenas pistas, mas evidências únicas quando não se tem outra fonte, como um arquivo, por exemplo. Nos casos narrados por Grimsted (2019), apenas as marcas de proveniência foram provas suficientes para que mais de três milhões de livros retornassem aos seus lugares de origem.

⁶ A partir daqui serão usadas apenas “marcas de proveniência” e “marcas de propriedade”.

Com as marcas de proveniência, esses livros adquirem mais um elemento do caráter simbólico que lhe é peculiar. Recentemente, em lote de livros que foi leiloado pela Christie's o que estava em destaque era *Russian books with imperial provenance*⁷.

Christian Huemer (2019) considera que a proveniência não apenas chancela, mas confere uma espécie de autenticidade e confiança. Curioso pensar na inversão, se, em um momento, livro e biblioteca podem atribuir autoridade, ou *status* a alguém ou alguma instituição; em outro momento, o cenário se inverte.

Existem vários tipos de marcas de proveniência (incluindo aqui as marcas de posse). Na tentativa de colaborar com o processo de identificação, propõem-se os exemplos a seguir:

Exemplo A:

- 1) Qual o material/como é feito/a tipologia? – um papel impresso e colado ao livro;
- 2) Qual a categoria no conjunto de marcas de proveniência? – uma etiqueta;
- 3) Qual a finalidade? – pode ser registrar quem produziu/comercializou determinado exemplar (como no caso tratado neste capítulo) ou a propriedade de uma biblioteca pessoal ou institucional ou documentar um procedimento etc.

O que é? Do que é feito? O que significa? Por que existe? São apenas algumas propostas de indagações que podem ajudar o pesquisador na interpretação da informação advinda de determinada marca. As respostas são múltiplas na mesma proporção da diversidade de grupos e subgrupos.

Exemplo B:

- 1) Qual o material/como é feito/a tipologia? – um papel impresso e colado ao livro;
- 2) Qual a categoria no conjunto de marcas de proveniência? – um *ex-libris* impresso⁸;
- 3) Qual a finalidade? – registrar a propriedade de uma biblioteca pessoal ou institucional.

Esse caso representa um tipo de marca de proveniência que, fundamentalmente, por sua categoria, “nasceu” para documentar a posse de alguém. O *ex-libris* é dividido em manuscrito (BEZERRA, 2006; BARRANCO, 2017, PEARSON, 2019), quando o próprio nome é colocado no livro; impresso, que se subdivide em dois grupos – gravado, confeccionado em algum

⁷ Confere: <https://www.finebooksmagazine.com/news/russian-books-imperial-provenance-christies>. Acesso em: 4 maio 2021.

⁸ Considera-se aqui apenas o caso dos impressos em papel. Quando impresso sobre couro, por exemplo, não há uma distinção em língua portuguesa, já em francês chamam de *ex-libris sur cuir*. Ver: http://bibliopat.fr/sites/default/files/provenances/referentiel_2.html#23. Acesso em: 22 maio 2021.

processo de gravação, por exemplo, xilogravura ou metal; e tipográfico, caracterizado por conter apenas letras, ou tipos.

O ex-libris impresso tipográfico⁹ normalmente possui apenas o nome do possuidor, pessoa física ou jurídica. Por vezes, também é composto pela fórmula “ex-libris”, é uma etiqueta, um rótulo. Em vista disso, Pearson (1998; 2019) inclui essa categoria no grupo de *Book labels* e não *Bookplates* – uma etiqueta impressa com algum tipo de ilustração. A diferença estaria também no tipo de prensa utilizada, na primeira é usada a *letterpress* – só letras; na segunda, o processo foi pela *rolling press* – específica para gravuras (PEARSON, 2019). A propósito de ex-libris impressos, Monsenhor Aquino (Fig. 3) traz, como é característico desse tipo de marca, uma simbólica que o identifica.

Figura 3. Ex-libris do Monsenhor Aquino



Fonte: BMMAB / Memória & Arte.

O ex-libris do Monsenhor traz a imagem do Oratório da Cruz do Pascoal, um monumento do Centro Histórico de Salvador, erguido em 1743, por Pascoal Marques de Almeida, um lisboeta morador do local, devoto de Nossa Senhora do Pilar. Seu gradil foi colocado em 1874, e em 1938 foi tombado pelo SPHAN, hoje IPHAN, por ter sido o primeiro monumento da Cidade, sob o número 122-T-1938, **Livro do Tombo Belas Artes, sob inscrição** nº 135, de 17/06/1938. O oratório tem uma base de forma quadrada, o qual sustenta uma coluna de alvenaria, revestida de azulejos azuis e brancos de origem portuguesa. É

⁹ Ver exemplos em: <https://webs.ucm.es/BUCEM/foa/54151.php>. Acesso em: 22 maio 2021. Ver menções em: CASAMAYOR, Manuel Montreal. De libros y ex libris: libro con ex libris del Marqués de Lede. *Emblemata*, 16, p. 351-384, 2010. Disponível em: <https://ifc.dpz.es/recursos/publicaciones/30/55/16monreal.pdf>. Acesso em: 22 maio 2021. Ver também: <https://webs.ucm.es/BUCEM/foa/54151.php>.

propriedade da Prefeitura Municipal do Salvador, tem 7m de altura; sobre o topo há um nicho de quatro faces, uma delas fechada e três com vidro transparente, inspirado nas torres sineiras das igrejas baianas do início do Século XVIII, onde está exposta a imagem de N. S. do Pilar. Acima dele há uma cruz metálica com esplendor. Esse ex-libris data de 1945, cujo autor só se consegue reconhecer na assinatura do seu primeiro nome: Alberto (IPHAN, 2011).

Ex-libris impresso e dedicatórias manuscritas são as marcas de proveniência mais estudadas e exibem uma complexidade igualmente grande. No caso dos ex-libris, não se deve confundir com super-libris¹⁰, que é uma gravação com elementos heráldicos e/ou com nome e/ou iniciais que remetem uma pessoa física ou jurídica e que normalmente estará na lombada e/ou nas pranchas superior ou inferior da encadernação.

Pearson (2019), ao analisar os *bookplates*, ex-libris impresso, também apresenta dois exemplos impressos sobre couro. Ainda nesse último caso, a diferença, porém, com o super-libris está no fato de que, assim como impresso em papel, é uma peça avulsa colocada na parte interna do livro (tradicionalmente na folha de guarda) e também porque possui alguma fórmula que indicará “da biblioteca de”.

Deve-se evitar estabelecer inferências sobre a proveniência a partir da análise isolada de uma determinada marca. Por exemplo, inscrição ou anotação manuscrita é um uso de forma genérica de manifestação de um ex-libris manuscrito¹¹. Como dito anteriormente, essa categoria de marca, frequentemente, é usada para registrar a posse de um livro.

Entretanto, localizar um exemplar com o nome, por assinatura ou rubrica, de uma pessoa não significa necessariamente que é uma indicação de propriedade. Poderia ser, simplesmente, a indicação de que o item veio da biblioteca de determinado indivíduo, ou seja, o registro seria de proveniência e não de posse¹². Portanto, na descrição caberia mencionar apenas “anotação manuscrita” ou algo do gênero – obviamente mediante padronização prévia.

¹⁰ Em Portugal, padronizou-se o termo usado “super-libros”. Ver FARIA; PERICÃO, 2008, p. 683. Antes, porém, era possível encontrar outro modo, como no exemplo: SOARES, E.; NAVARRO, A. G. *Super libris portugueses raros*. Lisboa: Archivo Nacional de Ex-Libris, 1928. Também existe o uso de “superexlibris”. Ver: <https://catalogue.bnf.fr/ark:/12148/cb135655577>. Acesso em: 22 maio 2021. A variante “superlibris”, sem hífen, é citada por: BARRANCO, Felicitas González. A belonging mark: handwritten ex libris. *International Journal of Library and Information Science*, vol. 9(6), p. 54-57, jul. 2017. Disponível em: <https://academicjournals.org/journal/IJLIS/article-full-text-pdf/2BE70D165204>. Acesso em: 22 maio 2021.

¹¹ Para exemplos de ex libris manuscritos, ver: https://ad-provenienz.e-pics.ethz.ch/index.jsp?com.canto.cumulus.web.ErrorID=SessionIsExpired#1621780169880_9.

¹² Não se deve confundir com o “ex dono” que, via de regra, só será identificado como tal se essa fórmula aparecer, seja manuscrita, seja impressa. Trata-se de uma categoria que registra a doação, a transferência de propriedade de uma biblioteca e/ou um exemplar. Ela podia ser feita pelo doador, seus familiares ou pela instituição que recebia.

Uma das exceções pode ser encontrada se houver a fórmula “ex-libris” ou alguma outra indicação¹³ que aponte para essa direção, pois no contexto da história do livro, do uso desse tipo de marca, era o próprio dono que realizava o ato de escrever dessa forma.

Ao contrário do “ex-dono”, que a literatura comenta que, para ser categorizado como tal, a fórmula precisa estar presente (SALAZAR; RODRIGUEZ, 2019). Nada obsta, por exemplo, de classificar como “ex-libris manuscrito” a marca que determinada pessoa deliberadamente usa para registrar aos poucos sua coleção particular.

Por isso, é importante cercar-se de documentos que possam revelar “qualquer sinal ou pista presente no livro ou às vezes até fora permitindo rastrear sua procedência” (BIBLIOPAT). Como exemplos, os livros de tombo, recebidos de compra e venda de livros, recortes de jornais, correspondências etc. Além desses, outros exemplares com a mesma marca podem também ajudar a cruzar informações a fim de certificar-se dos dados.

As marcas da proveniência mudaram ao longo dos séculos, e elas também podem ser múltiplas considerando o grupo social na qual circulou, como, por exemplo, um convento ou uma determinada corte. Por essa razão, é tão importante que seu estudo seja feito considerando a história do livro e a cultura política de diferentes épocas.

O trabalho de identificação de marcas de proveniência deve ser muito criterioso, necessita considerar o contexto que determinado elemento foi utilizado. Existem etiquetas impressas que podem documentar a doação de uma biblioteca e/ou de uma coleção. Sem a intenção de questionar uma prática administrativa, essa categoria encontra-se, por vezes, nomeada “ex-libris atribuído”, com a função de registrar a transferência de posse de uma coleção cujo proprietário não tinha o hábito de marcar seus livros.

Outro caso que deve ser mencionado é o dos carimbos (úmido ou seco) que usam a fórmula “ex-libris”¹⁴. Ao se referir à tipologia, não é incomum que seja classificada como “ex-libris”. Propõe-se, porém, fazer as perguntas anteriormente apontadas. Não obstante a função de registrar a posse, é preciso considerar a natureza da marca. Da mesma maneira, carimbos de

Ver: MARTIN, Alexis. *Études sur les ex-dono et dedicaces autographes*. Paris: J. Baur, Libraire, 1877. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k130469m.image>. Acesso em: 22 maio 2021.

¹³ Barranco descreve 8 fórmulas diferentes usadas nos ex-libris manuscritos. Ver: BARRANCO, Felicitas González. A belonging mark: Handwritten ex libris. *International Journal of Library and Information Science*, 9(6), 54-57, 2017. Disponível em: <https://academicjournals.org/journal/IJLIS/article-abstract/2BE70D165204>. Acesso em: 23 maio 2021. Ver também: https://www.cerl.org/resources/provenance/can_you_help.

¹⁴ Ver exemplo em: https://ad-provenienz.e-pics.ethz.ch/index.jspx?locale=en#1621716680358_21

fac-símiles de assinaturas. Seja lá qual inscrição ou formato tiver, a tipologia não muda, será um carimbo úmido ou seco.

A respeito desses dois casos, o repositório de marcas de proveniência da biblioteca do Instituto Federal Suíço de Tecnologia (Eidgenössische Technische Hochschule), em Zurique, para as marcas que registram doação agrupam sob um termo genérico chamado: *Donor's ex-libris*¹⁵ que se divide em *Donor's bookplate* (com impressos); *Stamped donor's ex-libris* (com carimbos úmidos e secos) e *Handwritten donor's ex-libris* (com manuscritos).

Essas diferenças também acontecem com outras tipologias, o que, sem dúvida nenhuma, reforça a necessidade de mais pesquisas sobre o tema e desenvolvimento de vocabulário controlado. Textos como esses são um ponto de discussão e não um ponto referencial.

3 UMA TYPOGRAPHIA, UM ACERVO E A ETIQUETA EDITORIAL NA BAHIA

Salvador no século XIX era um caldeirão cultural: ainda chamado genericamente de cidade da Bahia por ser a capital e principal cidade da Província da Bahia, só iria começar a se livrar deste epíteto em 1889, quando ocorreu a Proclamação da República. A partir daí, a cidade passa a assumir, cada vez mais, o nome que sempre foi seu, desde a sua fundação – Cidade do Salvador.

A cidade da Bahia tinha um traçado bastante limitado, sendo dividida em apenas duas partes – a cidade alta e a cidade baixa, com poucas ruas, todas estreitas, imundas, nas quais se distribuía armazéns de secos e molhados, trapiches, vendedores de rua, sobrados altos e muitas igrejas. Todavia, a cidade começou a passar por transformações precisas em seu desenho urbano a partir de 1811, com uma imensa vontade, necessidade e interesse de ser reconhecida como uma cidade florescente: foi inaugurado o Passeio Público, aos moldes dos existentes em Lisboa e no Rio de Janeiro – um ponto de encontro da elite burguesa – que, embora fosse um espaço público, era tratado de maneira privada, gradeado e fechado; foi criada a Praça do Comércio, visando a fortalecer a classe mercantil; foi inaugurado o Teatro São João, onde mais tarde Castro Alves e Carlos Gomes se apresentaram e onde também foram recebidos Dom Pedro II e Ruy Barbosa para palestras e debates políticos; inaugurou-se a primeira Biblioteca

¹⁵ Confere os exemplos em: https://ad-provenienz.e-pics.ethz.ch/index.jspx?com.canto.cumulus.web.ErrorID=SessionIsExpired#1621784138461_36.

Pública do Brasil e a mais antiga da América Latina (SILVA, 2005). Ainda estavam em alta as Aulas Régias; o Lyceu de Artes e Ofícios; e a famosa Escola de Cirurgia da Bahia – atualmente Faculdade de Medicina – o grande orgulho da Cidade, criada em 18 de fevereiro de 1808, por decreto de Dom João VI ao chegar ao Brasil.

Homem visionário, o português Manoel Antonio da Silva Serva viu que a Cidade tinha potencial, principalmente com a inauguração de uma biblioteca pública, na avidez de leitura e estudos por parte dos alunos de Medicina e dos professores, em geral. Enxergou uma oportunidade de ampliar seus negócios: acrescentar os serviços de uma tipografia à sua loja, pois o cenário era propício e lucrativo.

Embora tenha sido o introdutor da primeira tipografia particular autorizada pelo Imperador no Brasil, Silva Serva não foi o primeiro empresário a solicitar licença para instalar uma tipografia na Bahia. Alexandre José Vieira de Lemos já havia requerido em 4 de outubro de 1810 a dita autorização, que foi dada em 10 de novembro daquele ano. Lemos afirmou em requerimento que mandou vir de Londres uma imprensa. Segundo Ipanema e Ipanema (2010), a partir desta autorização não se teve mais nenhuma notícia de Lemos, não se podendo afirmar o que houve a partir daí – teria ele desistido da empreitada devido aos altos custos? faleceu? ou teria tido receio da concorrência de Silva Serva? Não sabemos, apenas uma certeza de que, à época, perdemos a oportunidade de ter esta que seria a segunda tipografia do Brasil. Mas, para sorte dos brasileiros e dos baianos, quatro meses depois o requerimento de Silva Serva foi também autorizado e o português que morava em Salvador instalou efetivamente a sua tipografia.

Manuel Antônio da Silva Serva nasceu em 1761, em Vila Real de Trás-os-Montes, Portugal, e faleceu em 3 de agosto de 1819, no Rio de Janeiro, Brasil. Segundo Silva (2005), em abril de 1795, Silva Serva requereu licença para viajar ao Brasil porque tinha negócios na Bahia, foi e ficou. O luso era descrito como um homem alto, moreno, gordo e barbudo. Foi casado com Dona Maria Rosa da Conceição Serva, com quem teve sete filhos: Ana (1798-1800), Delfina (batizada em 19 de abril de 1801), Manoel Antonio da Silva Serva (1803-1846), Ana (batizada em 13 de julho de 1806), José Antonio da Silva Serva (1808-1878), Ana (batizada em 4 de junho de 1810-1813).

O português Silva Serva vislumbrou mais um nicho de negócio rentável: com o sucesso de venda de livros de impressões alheias (que foram muito importantes para os alunos da Faculdade de Medicina), imaginou que uma tipografia, além de imprimir as teses daqueles

estudantes, poderia publicar suas próprias produções. A ideia de ser proprietário de uma tipografia já era seu desejo desde 1809, quando esteve em Portugal e na Inglaterra sondando preços de material e contratação de futuros tipógrafos.

Silva Serva solicitou autorização para abertura do empreendimento tipográfico em 18 de dezembro de 1810, e somente recebeu licença em 5 de fevereiro de 1811, tornando-se, assim, o fundador da primeira tipografia particular do país no período imperial – Typographia Silva Serva, que contou com o apoio do Conde dos Arcos.

Silva Serva já estava estabelecido em Salvador desde 1797, quando era proprietário de um bazar, Loja da Gazeta, que vendia artigos diversos – lustres, móveis, peças sacras, vidros da Bohemia. Na cidade também instalou a sua tipografia, mas ciente de que nenhum comerciante poderia viver na Bahia apenas com a venda de livros, uma vez que havia poucos compradores ou pelos menos não o suficiente para sustentar uma empresa, manteve concomitantes os dois negócios. Sua loja e sua tipografia funcionavam em um lugar chamado Morgado de Santa Bárbara, uma construção espaçosa do século XVII, no Comércio, próximo à Praça da Inglaterra, onde ele também residia com a família (TAVARES, 2013).

Os prelos e tipos foram comprados em Lisboa, e para que seu pedido fosse aceito, Silva Serva se propôs a imprimir “quaisquer livros ou papeis de nova composição, e a respeito dos quais se não tenha concedido algum privilégio exclusivo para a sua impressão e venda” (IPANEMA; IPANEMA, 2010, p. 46), anunciando o nome de seu empreendimento – Typographia Silva Serva.

Mesmo sendo um negociante de respeito, o português radicado na Bahia enfrentou alguns problemas iniciais enquanto empresário do ramo da publicação. Era uma regra geral da imprensa não poder publicar livros quando os mesmos já tivessem obtido concessão de Privilégio ao primeiro editor. A medida era utilizada em toda a Europa e visava a proteger os próprios editores de cópias de suas produções.

No Brasil não foi diferente, Silva Serva também teve que obedecer a esses princípios éticos, entretanto, sua tipografia reimprimiu dois livros: *Tratado de comercio e navegação* e *Tratado de amizade e aliança entre Portugal e a Grã-Bretanha*, ambos publicados em 1810 pela Impressão Régia do Rio de Janeiro, que já possuía o Privilégio. Como era de se esperar, houve protestos da empresa carioca.

Em 1811, tornou a publicar sem autorização os seguintes livros: *Observações sobre a franqueza da indústria e estabelecimento de fábricas no Brazil* e *Observações sobre a*

prosperidade do Estado pelos liberaes princípios da nova legislação do Brazil, ambos de autoria de José da Silva Lisboa. Silva Serva, no entanto, alegou que esses livros não possuíam Privilégio, o que ficou comprovado (MORAES, 1979).

A primeira publicação da tipografia baiana, em 13 de maio de 1811, foi o jornal *Idade d'Ouro do Brazil*, que ficou mais conhecido como *Gazeta da Bahia* (por causa do nome da sua loja). Entretanto, os planos econômicos de alto faturamento de Serva não vingaram. Segundo afirma Moraes (1979), no ano de 1811 a Typographia Silva Serva levou aos prelos 17 publicações; em 1812, foram 24 títulos, mas de 1813 a 1816 a produção teria ficado entre seis e oito livros anuais, causando prejuízo que apenas pode ser suportado porque Silva Serva continuou com sua loja de vendas de produtos variados e impressão de folhetos. Silva (2005), entretanto, apresenta melhores perspectivas: Silva Serva teria publicado entre 1811 e 1819, 127 obras.

Silva Serva chegou a solicitar ao governo um subsídio para inaugurar uma fábrica de papel objetivando diminuir os custos de impressão, e por consequência aumentar seus lucros, pois além de atender à sua própria tipografia, poderia servir a todo o Brasil. O pedido, porém, foi negado em 1813.

Devido à dificuldade em encontrar mão de obra especializada para a sua tipografia, Silva Serva colocou anúncios no jornal convidando jovens entre 12 e 15 anos, que soubessem ler com perfeição, escrever e contar, que fossem espertos e desembaraçados, e que desejassem aprender o ofício tipográfico. Tavares (2013, p. 61) afirma que “A tipografia de Silva Serva foi a primeira escola de Artes Gráficas da Bahia”. Provavelmente, o tipógrafo já vislumbrava /ampliação de seus negócios, pois teria chegado a ter 10 meninos aprendizes em sua oficina (SILVA, 2005). Vale lembrar que Silva Serva sabia que não possuía concorrente no Brasil, assim, o sucesso de sua nova empreitada de fazer imprimir livros no país e não apenas vender os comprados do exterior era esperado pelo luso.

Graças a um auxílio financeiro solicitado ao governo e recebido em 1815 no valor de quatro contos de réis, ao final de 1816, a Typographia Silva Serva publicou 20 obras.

Em 4 de junho de 1819, Silva Serva anunciou em seu jornal a sociedade com José Teixeira de Carvalho, e a empresa passou a se chamar “Serva, e Carvalho”. Meses depois, Silva Serva faleceu subitamente em uma viagem ao Rio de Janeiro e lá foi enterrado. Sua esposa, Dona Maria Rosa da Conceição Serva, herdou a sua parte da empresa que teve novamente o nome alterado. A agora chamada “Typographia da Viuva Serva, e Carvalho”, funcionou de

1819 a 1827. A tipografia sonhada por Silva Serva mudou de nome várias vezes, embora continuasse pertencendo à esposa. Com a morte dessa e dos filhos herdeiros, teve fim uma das maiores empresas de impressão do país, dando espaço para tantas outras surgirem na Bahia no século XIX.

A tipografia de Silva Serva não deu conta de atender à demanda crescente da população da Província da Bahia, e estudantes e professores reclamavam de que a maioria das escolas não tinha os chamados “utensílios indispensáveis” ao bom andamento do ensino – os livros, principalmente para as meninas (NUNES, 2008). Havia escolas em que o material didático não era atualizado há 50 anos. Jornais e livros eram, basicamente, as únicas formas de disseminar o conhecimento, pois os primeiros divulgavam os segundos, além de anunciarem outros tantos produtos comerciais.

Portanto, se jornais e livros eram os meios de divulgação de vários serviços, é notória a importância da inauguração de outras tipografias na Bahia do século XIX na esteira do caminho aberto por Silva Serva. A vida cultural nos centros urbanos do estado mudava radicalmente: a população se familiariza com os periódicos, jornais, gazetas e livros; bibliotecas particulares eram criadas e ampliadas, o Gabinete Português de Leitura é fundado, tudo em um contexto no qual as livrarias que se tornaram tipografias, que vendiam livros importados ou imprimiam seus próprios títulos foram importantíssimas. O livro e a leitura mudaram a vida cultural da cidade, não apenas em relação ao hábito de ler, mas ao fato de esses livros aqui vendidos ou produzidos terem trazido informações que auxiliaram uma elite cultural a se tornar mais politizado e a conhecer outras culturas. Embora a Bahia já tivesse perdido o prestígio de Capital da Colônia desde 1763, a tipografia entre nós fez toda diferença. Ter sido o primeiro lugar no país a sediar uma tão necessária instituição, como foi a Typografia de Silva Serva, foi de um valor imensurável para Bahia, uma vez que tornamos a ser vistos pelo Brasil.

Após a fundação da Typographia Silva Serva, outras vieram ao seu encalço se estabelecendo também em Salvador, e pesquisas podem comprovar isso. Um breve levantamento no acervo da Biblioteca Monsenhor Manoel de Aquino Barbosa (BMMAB), pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora da Conceição da Praia, situada no interior da Basílica de Nossa Senhora da Conceição da Praia, na cidade do Salvador, Bahia, foram encontradas obras produzidas por 32 tipografias entre os anos 1811 e 1950 (um recorte temporal de 139 anos, portanto). Além da Typographia de Silva Serva, há obras da Imprensa Oficial do Estado, Imprensa Vitória, O Imparcial, Catilina, Tipografia Dois Mundos,

Officinas Graphics D'A Luva, Editora Cruzeiro, Duas Américas, Mensageiro da Fé, Nova Era, Graphica da Escola de Aprendizes Artífices, Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, Typographia Imperial e Nacional, Typ. de J. A. Portella e C.^a, Cia Editora e Graphica da Bahia, Gráfica Manú, Escola Typographica Salesiana, Typographia Bahiana, Tipografia Beneditina, Riex, Typographia Social, Litho-Typ. e Enc. Wilche Picard &, Typ. do Pharol, Typographia Americana, Imprensa Economica, Typographia do Diario da Bahia, Imprensa Popular, Litho-Typ. e Encardenação de Reis & C., Litho-Typographia de João Gonçalves Tourinho, Typographia Santa Rosa, Typographia do Commercio e Progresso. Todas essas tipografias produziram um total de 183 volumes constantes do acervo da biblioteca da Irmandade.

Nesse levantamento e estudo foi possível perceber que a memória tipográfica baiana ainda carece de muitas pesquisas e investigações, pois são muitas lacunas, muitas histórias perdidas.

Mesmo diante de diversas dificuldades para encontrar informações sobre os nomes que constavam em uma lista feita a partir do levantamento inicial no citado acervo, é possível mencionar pelo menos 14 empresas tipográficas em pleno funcionamento no século XIX, todavia, algumas, com bem pouca coisa informada. E ficou evidenciado que a força motriz foi mesmo a Typographia Silva Serva, a qual abriu caminho para tantas outras.

Muitas tipografias citadas anteriormente foram efêmeras, embora tivessem exercido o papel esperado pelos leitores – proporcionaram-lhes o prazer inenarrável da leitura, de ter em mão com maior rapidez o objeto mais almejado daqueles últimos séculos no Brasil – o livro.

Falar sobre tipógrafo e tipografias é estudar o *livro* em sua materialidade, pois um não existe sem o outro, e envolve uma complexidade de discussões, como: produção, autoria, divulgação, autorizações, diagramação, ilustração, o aparecimento das brochuras substituindo as encadernações tradicionais das antigas tipografias, quase levando ao conseqüente fim dos belíssimos livros em capa dura; o fim do ensino técnico na área com o término das oficinas tipográficas – a exemplo do Colégio Salesiano –; o fim da linotipia; a evolução do papel; as variadas fontes; a marca d'água; a marca (etiqueta) do tipógrafo; o tamanho do livro para facilitar o acesso e a leitura fora do âmbito convencional, como as bibliotecas e salas de leitura; as feiras de venda de livros antigos e usados; a mudança do perfil do leitor; os revisores; as práticas de leituras que se fazem através do livro; o destino de acervos etc. É um emaranhado tão grande de assuntos e temáticas e um terreno tão pouco explorado que está longe de se

encerrarem as discussões sobre a história do livro e das tipografias, em especial porque há muitas lacunas ainda não desvendadas e preenchidas nesse emaranhado.

Assim, temos que concordar com Calmon (2005, p. 7):

Luís Guilherme tem razão: urge escrever a história da imprensa baiana. Por que urge? Em primeiro lugar, porque alguns dos atores ainda estão vivos, podem depor, contar as transformações que testemunharam, sua própria experiência, ainda que restrita, esta, às últimas décadas.

Urge, também, porque as fontes de pesquisa, cujo exame poderia levar ao exato conhecimento dos fatos, essas fontes estão secando ou mesmo, desaparecendo, a exemplo do que acontece com as coleções de jornais antigos, existentes em alguns poucos arquivos, as quais, por falta de elementares cuidados de conservação, vão ficando sem condições de consulta.

Bastante interessante foi encontrarmos dados de tipografias a partir das etiquetas presentes nas encadernações de diversas obras da referida Biblioteca Monsenhor Manoel Aquino Barbosa. Machado (2003, p. 17) nos chama atenção para a presença delas nas publicações:

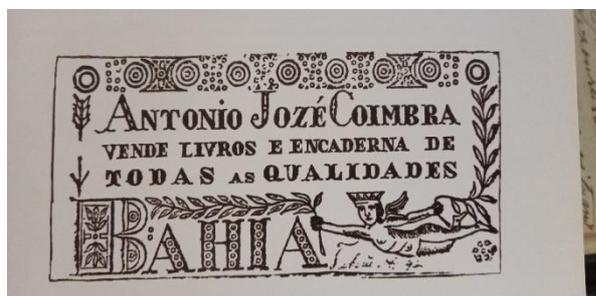
[...] havia uma distinção fundamental entre a marca dos tipógrafos e a dos livreiros. Aquela era inseparável do livreiro, impressa em suas páginas. Os livreiros, pela peculiaridade de seu negócio, mandavam imprimir as suas marcas avulsas, colando-as nas obras por eles comercializadas. Nascia assim a etiqueta de livraria, que chegaria com plena saúde ao século XXI.

De fato, a existência das etiquetas em alguns livros forneceu um mínimo de informação para continuarmos as buscas. Em muitas delas estavam presentes endereço, telefone, nome do proprietário, o que vendiam, que serviços que prestavam, entre outros. Isto significa que a etiqueta dos livreiros foi um meio importantíssimo que muito serviu para contar um minúsculo pedaço da história de uma livraria. Em geral, a etiqueta do encadernador ou do livreiro é um pedaço de papel impresso, colado ao suporte (normalmente no interior da capa), com informações simples ou detalhadas acerca da empresa. Foi uma forma que aqueles que trabalhavam com o universo dos livros encontraram para divulgarem seu trabalho, suas instituições, seus serviços; uma simples e eficaz publicidade.

Machado (2003) nos lembrou de que a Província da Bahia, no início do século XIX, depois da Corte, era a única cidade a ter um ambiente cultural dinâmico; e que as duas livrarias existentes em 1821 eram pobres e cobravam um absurdo pelos livros, mas não citou seus nomes. Uma lástima.

Ainda segundo Machado (2003, p. 21), “a primeira loja a colar etiquetas em livros – foi a do livreiro e encadernador baiano Antonio José Coimbra”, no final da década de 1820. Moraes (1998, p. 96) descreve a etiqueta como “enorme, gravada em madeira com desenho popular”. É um belíssimo exemplar de etiqueta (Fig. 4), em um papel de formato retangular, com uma cercadura que se finaliza com um anjo coroado, segurando uma folha cobrindo a palavra Bahia, escrita na última linha de quatro no total. No dizer de Moraes, “excelente encadernador e excelente dourador, um artista baiano”.

Figura 4. Etiqueta de Antonio José Coimbra



Fonte: MACHADO, 2003.

Dos 32 impressores baianos identificados entre as obras de 1811 e 1850 no acervo da BMMAB, muitos encontramos informações, outros quase nada e outros nada, além de um nome e endereço. O nosso árduo trabalho foi fazer uma “arqueologia” desta biblioteca. Assim, optamos por organizar esses dados a partir de **quatro classificações** – 1. Aquelas das quais não encontramos informações, a não ser o nome; 2. Aquelas das quais conseguimos descobrir apenas o endereço porque constava da folha de rosto das publicações; 3. Aquelas que descobrimos onde funcionava, quem era o proprietário ou quem imprimia por eles; e 4. Aquelas das quais conseguimos levantar toda a trajetória do início ao fim de suas atividades em Salvador.

Da primeira classificação encontramos 9 tipografias/editoras que fecharam, concluindo suas atividades e suas histórias e não deixando vestígio. Dessas, parece não existir sequer o “fio de Ariadne” para ajudar a reconstruir a trajetória, localizar informações sobre o endereço de funcionamento, data da fundação, data do encerramento das atividades, nome do fundador, proprietário, herdeiros, motivo que levou ao fechamento da empresa. Nada, absolutamente nada, além do registro delas no acervo da BMMAB. Infelizmente, a responsabilidade desse apagamento está na prática constante do esquecimento sobre nossa

memória cultural e patrimonial. É possível atribuir a isso o resultado de que, sobre algumas das tipografias, só tenhamos o nome e o antigo endereço. Dessas, quase todas caíram no esquecimento (se não fossem as próprias publicações, o esquecimento seria total). No caso dessa primeira classificação, na qual estão incluídos 29 volumes, o critério que usamos para citá-las foi colocar o título e o ano da publicação.

Da segunda classificação, encontramos 5 tipografias identificados em um em um total de seis volumes. Dessas conseguimos saber o local em que funcionavam porque constava na folha de rosto; de resto, absolutamente nada, temos apenas os títulos dos livros publicados por elas que encontrados na BMMAB.

Da terceira classificação, encontramos 11 outros empreendimentos identificados em um total de 49 volumes. Deles conseguimos um pouco mais além do endereço, e relacionava-se a algum proprietário de jornal ou revista que, ao solicitar seu registro, avisava quem era a casa publicadora, e assim fomos levantando alguns dados sobre a existência daquela tipografia. E as poucas informações foram encontradas através de várias pesquisas e leituras esparsas, entre elas o livro *Estabelecimentos de Oficinas de Impressão 1833-1927*¹⁶, organizado por Luís Guilherme Pontes Tavares. São breves conhecimentos acerca de autorizações ou mudança de endereço.

Da quarta classificação, foram encontradas 7 histórias completas, conseguidas a partir dos acervos particulares ou de livros já publicados sobre o tema, nos auxiliando a provar que a nossa pesquisa sobre tipografias em Salvador entre 1811 e 1950 não teve sua trajetória formada apenas de grandes dificuldades, mas também de momentos felizes. Desses 7 empreendimentos encontramos 99 volumes na BMMAB

4 TYPOGRAPHIA POGETTI/ CATILINA E DOIS MUNDOS: SUAS MARCAS

Da terceira classificação, temos o exemplo da Typographia Dois Mundos, da qual embora os herdeiros estejam vivos e a tipografia ainda exista apenas como encadernadora, não foi possível conseguir mais nenhuma outra informação. Soubemos apenas que foi fundada em 1882 e funcionava na Rua Conselheiro Saraiva, nº 35; possuía o que havia de mais moderno

¹⁶ Segundo Tavares, esse livro integra o acervo do Arquivo Histórico Municipal de Salvador, cuja localização é o número 44, possui 98 folhas, tamanho 215mmx315mm, encadernado em capa dura, de curvim verde com as bordas em curvim vinho, com douração na lombada.

maquinário para uma *officina typographica* – “machinismos americanos, francezes e alemães”, conforme consta na etiqueta de circulação. Também conseguimos a informação de que Leonidas Silva e Wood E. Finley comunicaram que em 27 de junho de 1891 a Typographia dos Dois Mundos imprimiu o periódico *A Palavra*. No acervo da BMMAB foram encontradas três publicações desta tipografia: COSTA, F. de Macedo. *Lutas e victorias*, de F. de Macedo Costa, 1916; *O livro, a pátria e a fé*, de Padre Luiz Gonzaga Cabral, 1918; e *Cochilos de um sonhador*, de Basilio Cathalá Castro, 1941.

Como já informado, muitas das informações sobre Dois Mundos conseguimos pelas etiquetas encontradas em outros livros encadernados por eles ou nos chamados “Livros em Branco”, muito utilizados para atas e contabilidade. E nos impressiona a variedade de tamanho, cores, formato, desenhos e informações utilizados por eles nas suas etiquetas (Fig. 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11)

Figura 5



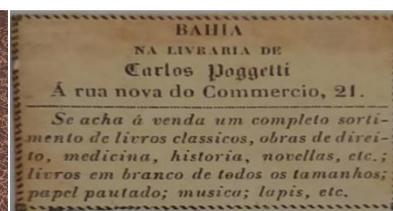
Fonte: BMMAB / Memória e Arte

Figura 6



Fonte: BMMAB / Memória e Arte

Figura 7 - Livraria Carlos Poggetti



Fonte: BMMAB / Memória e Arte

Figura 8 - Livraria Carlos Poggetti de Catilina & C.



Figura 9 - Livraria Catilina & C.



Figura 10 - Livraria Catilina & C.



Fonte: BMMAB / Memória e Arte

Fonte: BMMAB / Memória e Arte

Fonte: BMMAB / Memória e
Arte

Figura 11



Fonte: MACHADO, 2003

A segunda tipografia selecionada para este artigo pertence à quarta categoria, aquela em que a sua história foi levantada quase que na íntegra, e é muito interessante porque, ao que parece, mudou de proprietário várias vezes e conseguiu se manter no mercado durante mais de 100 anos – a Typographia de Carlos Poggetti (Fig. 12).

O fim da era tipográfica da Família Serva (com a falência das tentativas de novas empresas pelos herdeiros e a morte da viúva) criou uma lacuna na produção editorial particular na cidade do Salvador ao final do Brasil Império. Sem o propósito inicial de preencher esse espaço, em 2 de fevereiro de 1835, Carlos Poggetti fundou uma livraria (considerada a mais antiga registrada no Brasil), provavelmente com seu próprio nome, pois não há referência acerca de outra designação. Em 20 de março de 1849, Poggetti solicitou a abertura de “huma Typographia no 3º andar da casa nº 21 á rua do Commercio” (NEHIB, 2009, p. 17), ampliando o negócio da venda para a impressão de livros; e em 12 de agosto daquele mesmo ano, “Carlos Poggetti comunicou ter mudado a sua Typographia da casa nº 21 á rua nova do Commercio p.^a a casa nº 32 á rua do Julião, Freguezia do Pilar” (NEHIB, 2009, p. 18).

Segundo Machado (2003, p. 24),

A primeira livraria digna desse nome a se instalar na cidade foi a de Carlos Poggetti, fundada em 1835, à rua Nova do Comércio, nº 21. Em pouco tempo, o estabelecimento se tornou o local de reunião preferido pelos intelectuais, resistindo á crescente concorrência nas décadas seguintes.

Oficialmente, Poggetti só inicia a impressão em 1850, pois o primeiro livro com o nome da empresa “Typographia de Carlos Poggetti” é o *Codigo Commercial do Imperio do Brasil*, uma de suas mais famosas impressões. Mais tarde, a empresa de Poggetti se torna uma das tipografias mais procuradas pelos alunos da Faculdade de Medicina da Bahia para publicação

das teses de graduação. Todavia, a empresa não vivia da impressão e sim do comércio varejista, como era comum às editoras e tipografias no Brasil.

Machado (2003) informa que Poggetti foi campeão das famosas etiquetas, pois através delas ele divulgava os artigos que vendia. Informa ainda que o impressor ficou à frente dos negócios por quase 25 anos, falecendo no início de 1860.

Não é possível, a partir da morte de Poggetti, saber com quem ficou a livraria/tipografia, se foi vendida, se herdeiros continuaram o negócio ou se já havia feito sociedade com alguém, mas em 1862, embora já se pudesse contar na capital da Província com 7 livrarias, a Livraria de Carlos Poggetti ainda era um espaço atraente, frequentado por jovens escritores românticos, incluindo-se aí o poeta Castro Alves, que se reunia com os amigos, com bastante frequência.

Em 1864, a direção passou a ser de Serra Teriga, não sabemos dizer se foi um novo sócio ou se possivelmente foi apenas continuação da anterior, e em 1865, na folha de rosto de várias teses da Faculdade de Medicina, aparece o nome de *Typographia Pogetti de Tourinho e Cia*, situada à Rua Corpo Santo, 47, também não temos certeza do motivo de mudar de nome novamente. No ano de 1877, Xavier Catilina assumiu o controle do negócio (ao que parece era o novo proprietário, pois tirou o nome *Poggetti*), passando a se chamar *Livraria Catilina* (Figs. 13, 14, 15). Nos anos 1880, aparecia em anúncios da *Gazeta da Bahia* como *Livraria de Catelina & C.*, situada à Rua do Conselheiro Dantas, Comércio (ROSA; BARROS, 2002). (Figs. 16, 17 e 18).

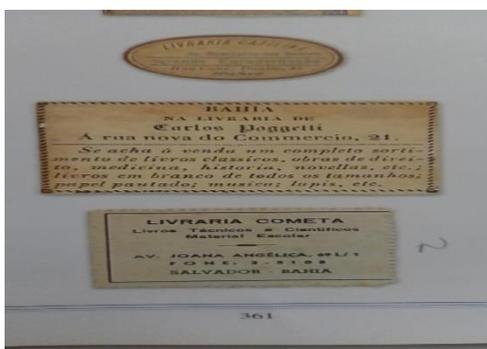
Ao final dos anos 1890, em Salvador já existiam 10 livrarias, revitalizando o negócio editorial, entre elas a Catilina, que já havia se transformado em uma livraria-editora. No começo do século 20, era administrada por Romualdo dos Santos, época em que estava instalada na Rua Santos Dumont, nº 6, também no Comércio, e foi quando alcançou maior fama (Fig. 19), publicando as obras de Ruy Barbosa, Carneiro Ribeiro, Coelho Netto, Xavier Marques e Castro Alves. Segundo Hallewell (1985), a impressão de suas publicações era feita na Europa. Provavelmente, Romualdo dos Santos foi o último proprietário e por questões de estratégia de *marketing* manteve o mesmo nome pelo qual a tipografia / livraria ficou famosa, embora sempre imprimisse seu nome acompanhando o da empresa – *Livraria Catilina de Romualdo dos Santos*.

A Livraria e Editora Catilina encerrou suas atividades em 1960 (praticamente 100 anos após a morte de seu fundador, Carlos Poggetti), tornando-se, à época, a mais antiga em funcionamento no Brasil – Livraria Catilina –, que conseguiu sobreviver inacreditáveis 125

anos. No acervo da BMMAB, foram encontrados quatro livros da editora Catilina: *Réplica às críticas do Dr. Candido de Figueiredo sobre a monografia da crase*, de Francellino de Andrade, 1913; *Por mares e terras: leituras geográficas*, de Bernardino José de Souza, 1913; *Serões Grammaticaes*, de Ernesto Carneiro Ribeiro, 1919; *Recepção do Padre Manoel de Aquino Barbosa*, Academia de Letras da Bahia, 1940.

Da mesma forma que a variação de etiqueta da tipografia Dois Mundos nos permitiu acompanhar sua trajetória, a tipografia de Carlos Poggetti (e mais tarde Catilina) nos enriqueceu mais ainda com sua variedade de etiquetas: tamanhos, cores, informações, tipos, desenhos, desde Carlos Poggetti até Romualdo Santos.

Figura 12. Livraria Carlos Poggetti



Fonte: MACHADO, 2003

Figura 13. Livraria de Catilina



Fonte: BMMAB / Memória e Arte

Figura 14. Livraria de Catilina



Fonte: MACHADO, 2003

Figura 15. Livraria de Catilina



Fonte: MACHADO, 2003

Figura 16. Livraria de Catilina



Fonte: MACHADO, 2003

Figura 17. Livraria de Catilina



Fonte: BMMAB / Memória e Arte

Figura 19. Livraria de Catilina



Fonte: BMMAB / Memória e Arte

5 E A HISTÓRIA CONTINUA...

Esses dois proprietários começaram um ofício que no Brasil já existia desde o século XVIII: o dos encadernadores, que atuavam no interior das bibliotecas dos conventos, principalmente o dos padres da Companhia de Jesus, a exemplo do jesuíta Antônio da Costa. Posteriormente, tanto Poggetti quanto a Dois Mundos espalharam seus serviços tornando-se também impressores porque vislumbraram um novo mercado: o público leitor e a sua imensa “vontade de comprar e ler livros”, aquele objeto tão difícil no Brasil nos séculos anteriores.

Na Bahia, tivemos a sorte de ter como morador um português visionário, Antonio da Silva Serva, que, embora com interesse meramente mercantilista, nos trouxe uma tipografia e nos colocou próximos da Corte no que diz respeito à formação cultural, não apenas em relação aos nossos leitores, mas à oportunidade gerada para nossos autores. O livro foi barateado,

disponibilizado e nos permitiu deixar um legado – a importante formação de público leitor através da venda para escolas e universidade.

Silva Serva foi o caminho mais fácil para otimizarmos o contato com o livro. E a partir dele a mágica aconteceu: foram muitas tipografias criadas em Salvador para suprir essa enorme necessidade que tínhamos de ler sobre tudo, pois, antes da chegada da tipografia entre nós, vivíamos a mesma perseguição, proibição, censura e aplicação de penas que se fazia em Portugal para quem ousasse ler sem autorização: o castigo da transgressão estendia-se por todas as colônias portuguesas.

A preservação de livros precisa ser encarada no âmbito do Patrimônio Bibliográfico. Isso incute uma imensa responsabilidade em decisões apressadas que corroboram para dispersão de um acervo que não é de interesse apenas para determinada instituição, mas de interesse social.

As marcas de proveniência como indícios podem ajudar a construir uma trajetória quando nos faltam outros tipos de documentos ou em complemento a esses. No exemplo que discutido neste trabalho, as etiquetas dos livreiros funcionaram como essas migalhas (GINZBURG, 1995) pelas quais foi possível reunir e cruzar dados para a composição de parte da história da produção e circulação de livros na cidade do Salvador entre o final do século XIX e início do XX.

A história é sempre um bom mote para iniciarmos uma produção escrita, e quando essa história representa uma memória coletiva é muito melhor. Acompanhar a trajetória dessas duas tipografias baianas através de suas etiquetas, que são marcas fortes, mostrar o quanto elas foram importantes para suscitar e promover a intensa vida cultural no século XIX, é ajudar a remontar a história dos primeiros tipógrafos e discutir o papel deles na formação cultural da Cidade do Salvador.

REFERÊNCIAS

ABREU, Márcia. Impressão Régia do Rio de Janeiro: novas perspectivas. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2004. Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/marciaabreu.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

AGUILAR, Idalia García. *Secretos del estante: elementos para la descripción bibliográfica del libro antiguo*. México: UNAM, Centro Universitario de Investigaciones Bibliotecológicas, 2011. Disponível em: http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L53?mode=full. Acesso em: 14 maio 2021.

ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. O acervo bibliográfico do Gabinete Português de Leitura como lugar de memória e forma reconhecível: considerações acerca dessas aproximações. *Revista Convergência Lusíada: estudos culturais em língua portuguesa* Revista do Real Gabinete Português de Leitura, n. 25, p. 43-60, jan./jun. 2011. Disponível em: www.realgabinete.com.br/revistaconvergencia/pdf/131.pdf. Acesso em: 14 maio 2021.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de. *Processamento técnico*. 18 mar. 2016. 80 slides. Material apresentado no curso “Gerenciamento e tratamento técnico de coleções bibliográficas especiais”. Universidade Federal de Pernambuco.

AZEVEDO, Fabiano Cataldo de; LOUREIRO, M. L. N. M. Afinal, os objetos falam? reflexões sobre objetos, coleções e memória. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 20., 2019, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/123799>. Acesso em: 14 maio 2021.

BARRANCO, Felicitas González. A belonging mark: Handwritten ex-libris. *International Journal of Library and Information Science*, v. 9, n. 6, p. 54-57, 2017. Disponível em: <https://academicjournals.org/journal/IJLIS/article-abstract/2BE70D165204>. Acesso em: 23 maio 2021.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELLO, Oliveira. *Imprensa Nacional (Officina Oficial): 1808-1908, Apontamentos históricos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1908.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: uma aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BESSONE, Tania Maria. *Palácio de Destinos Cruzados: Bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

BEZERRA, José Augusto. Ex-líbris: a marca de propriedade do livro. *Revista do Instituto Ceará*, 2006, p. 129-144. Disponível em: https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/2006/01_Artigos/09-Ex_Libris.pdf. Acesso em: 22 maio 2021.

BIBLIOPLAT. *Liste hiérarchisée de termes relatifs aux marques de provenance portées sur les livres*. Disponível em: http://bibliopat.fr/sites/default/files/provenances/referentiel_2.html#31. Acesso em: 20 maio 2021.

CALMON, Jorge. A imprensa exige sua história. In: TAVARES, Luís Guilherme Pontes (Org.). *Apontamentos para história da Imprensa na Bahia*. Salvador: Academia de Letras da Bahia; Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2005. p. 7-11.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de. *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso, século XVIII*. Portugal: Caleidoscópio, 2015.

CANDAU, Joel. *Memória e identidade*. São Paulo: Contexto, 2018.

CURWEN, Tony; JONSSON, Gunilla. *Provenance and the itineray of the book: recording provenance data in on-line catalogues*. Disponível em: http://documents.cerl.org/provenance/CERL_VII_art_04.pdf. Acesso em: 22.11.2019.

DOUGLAS, Mary. *How institutions think*. Syracuse: University Press, 1986.

FEIGENBAUM, Gail. Manifest Provenance. In: *Provenance: An alternative history of art*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2012, p. 6-28.

GASKELL, Philip. *Nueva introducción a la bibliografía material*. Madrid: Ediciones Trea, 1999.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GÓMEZ, Fermín de los Reys. *Manual de Bibliografía*. Madrid: Editorial Castalia, 2010.

GOMES, Angela de Castro. Escrita de si, escrita da História: a título de prólogo. In: GOMES, Angela de Castro (Org.). *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 7-24.

GONÇALVES, José Reginaldo. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 11, n. 23, jan./jun. 2005, p. 15-36. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832005000100002. Acesso em: 20 jan. 2019.

GRIMSTED, Patricia Kennedy. "Twice plundered, and still far from home: tracing nazi-looted books in Minsk and Moscow". In: MILOSCH, Jane; PEARCE, Nick. *Collecting and provenance: A multidisciplinary approach*. New York: Rowman & Littlefield Publishing Group, 2019, p. 205-226. [eBook]

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. *Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico*. São Paulo: EDUSP, 2008.

HAWLEY, Haven. E. Reflections on the meanings of objects. In: HUBBARD, Melissa; JACKSON, Robert H. (Ed.). *Forging the future of Special Collections*. Chicago: American Library Association, 2016. p. 12-19.

HUEMER, Christian. The provenance of provenances. In: MILOSCH, Jane; PEARCE, Nick. *Collecting and provenance: A multidisciplinary approach*. New York: Rowman & Littlefield Publishing Group, 2019, p. 3-16 [eBook]

IPANEMA, Marcelo; IPANEMA, Cybelle. *A Tipografia na Bahia: documentos sobre suas origens e o empresário Silva Serva*. 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2010.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2003.

IPHAN. *Oratório público da Cruz do Pascoal (Salvador, BA)*. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/ans.net/tema_consulta.asp?Linha=tc_belas.gif&Cod=1142. Acesso em: 22.11.2019.

MACHADO, Ubiratan. *A Etiqueta de livros no Brasil: subsídios para uma história das livrarias brasileiras*. São Paulo: EDUSP; Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2003.

MARTINS, Wilson. *A Palavra escrita: história do livro, da imprensa e da biblioteca*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

MCKITTERICK, David. *Printing, manuscript and the search of the order: 1450-1830*. Cambridge, UK: University Press, 2003.

MORAES, Rubens Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: LTC; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

MORAES, Rubens Borba de. *O Bibliófilo aprendiz*. 3. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 1998.

NÚCLEO DE ESTUDOS DA HISTÓRIA DOS IMPRESSOS DA BAHIA (NEIB). *Estabelecimentos de oficinas de impressão 1833-1927*. Salvador: EDUFBA, 2009.

NUNES, Antonietta d'Aguiar. A educação na Bahia Imperial: 1823-1889. In: LUZ, José Augusto; SILVA, José Carlos. *História da Educação na Bahia*. Salvador: Arcádia, 2008. p. 121-159.

PEARSON, David. A importância da pesquisa sobre marcas de proveniência em um mundo em constante mudança. Ciclo de Palestras Marcas de Proveniência e a Cultura Material. Youtube, 29 out. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pG841OJIC-c>. Acesso em: 25 maio 2021.

PEARSON, David. *Provenance research in book history: A handbook*. Oxford: Oak Knoll Press, 2019.

PRIORE, Mary del. *Documentos históricos do Brasil*. São Paulo: Panda Books, 2016.

ROSA, Flávia Goullart Mota Garcia; BARROS, Susane Santos. Panorama da História da Editoração em Salvador/Bahia. In: SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE LIVRO E HISTÓRIA EDITORIAL, 1., 2004, Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, *Anais eletrônicos ...* Disponível em: <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br/pdf/flaviagoullartesusanesantos.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2021.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Primeira gazeta da Bahia: Idade d'Ouro do Brazil*. 2. ed. rev. ampl. Salvador: EDUFBA, 2005.

STALLYBRASS, Peter. *O Casaco de Marx: roupa, memória, dor*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

STOKES, Roy. *The Function of bibliography*. Worcester: Gower Publishing Company, 1990

STODDARD, Roger. Looking at marks in books. *Gazette of the Grolier club: New series*, n.51, 2000. Disponível em: <http://dcmny.org/islandora/object/gc%3A10660#page/28/mode/2up>.

TAVARES, Luís Guilherme Pontes. *200 anos de Imprensa na Bahia: Artigos e pronunciamentos, 2011-2012*. Salvador: Associação Bahiana de Imprensa, 2013.

ZAID, Gabriel. *Livros demais!/: sobre ler, escrever e publicar*. São Paulo: Summus, 2004.